

A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar*

Rosani Marisa Spanevello¹

Letícia Fátima de Azevedo²

Letícia Paludo Vargas³

Universidade Federal de Santa Maria

Alessandra Matte⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho objetiva analisar: a) os principais aspectos motivadores que levam os jovens a ficar ou sair do meio rural e; b) as implicações da saída para a sucessão das propriedades. A pesquisa de campo ocorreu nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, localizados na região central do Rio Grande do Sul – Brasil. A coleta de dados se deu através de entrevistas a agricultores familiares sem sucessores (pais sem perspectiva dos filhos permanecerem na propriedade) e agricultores com sucessores (filho deve assumir futuramente a propriedade). Os resultados mostram que a saída dos jovens está atrelada a dificuldades do trabalho agrícola, escassos espaços de lazer no meio rural, falta de controle dos pais sobre os filhos, entre outros. Para os entrevistados, as consequências da saída são a falta de sucessores nas propriedades, diminuição do número de pessoas nas comunidades rurais e dificuldades de formação de novas famílias.

This study aims to examine: a) the main motivations that lead young people to stay or leave rural areas and b) the implications of exit for the succession of property. The fieldwork took place in the counties of Dona Francisca and Pinhal Grande, located in the central region of Rio Grande do Sul – Brazil. Data collection was through interviews with family farmers without successors (parents with no prospect of their children remain in the property) and farmers with successors (children must assume in the future the property). The results show that the departure of young people is linked to problems of agricultural labor, scarce leisure facilities in rural areas, lack of parental control over children, among others. Interviewees agreed that the consequences of output are the lack of successors in the properties, reducing the number of people in rural communities and difficulties in forming new households.

* Migration in juvenile family farm and implications the inheritance

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural, Professora Adjunta Departamento de Zootecnia da UFSM/CESNORS. Endereço para correspondências: Rua Coronel Evaristo, 142, apto. 201, Palmeira das Missões, RS, 98300-000 (rspanevello@yahoo.com.br).

² Zootecnista, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, UFSM.

³ Graduanda em Zootecnia, UFSM/CESNORS.

⁴ Zootecnista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS.

Palavras-chave: Jovens – Migração – Agricultura familiar. **Keywords:** Youth – Migration – Family farming

Introdução

O processo de saída dos jovens pertencentes à agricultura familiar do meio rural brasileiro vem cada vez mais ocupando espaço nas agendas de pesquisa dos agentes e agências de desenvolvimento rural, especialmente no sul do Brasil.

De acordo com Gasson e Errington (1993), a agricultura familiar pode ser definida através de seis características: 1) a gestão encontra-se nas mãos dos proprietários; 2) os proprietários estão ligados entre si por laços de parentesco; 3) é responsabilidade de todos os membros da família prover capital para a propriedade; 4) o trabalho é feito pela família; 5) o patrimônio e a gestão da propriedade são repassados de geração a geração; 6) os membros da família vivem na propriedade. Na caracterização e conceituação do termo agricultura familiar Abramovay (1998), considera três atributos básicos importantes: gestão, propriedade e trabalho familiar. Na definição de Abramovay (1998; p.146), “agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) de um total de 5.175.489 propriedades cerca de 4.367.902 são caracterizadas como familiares (representando 84,4% do total), com área média de quase 19 hectares. Outra característica é que o comando das propriedades (aproximadamente 86%) é realizado por homens. Em termos produtivos, a agricultura familiar é responsável por 70,0% da produção de feijão 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, possuíam 59,0% do plantel de suínos e 50,0% de aves, 30,0% dos bovinos e 21,0% do trigo (IBGE, 2006). No estado do Rio Grande do Sul, a agricultura familiar também é expressiva: das 441.467 propriedades 378.546 (ou 85,7%) são familiares (IBGE, 2006).

Apesar desta importante contribuição socioeconômica, a agricultura familiar vem encontrando dificuldades em garantir a sua reprodução social. Isto se deve ao crescente fluxo migratório juvenil do campo para a cidade. Conforme Camarano e Abramovay (1998) na década de 1990, a saída da população do campo está concentrada na faixa etária mais jovem (homens tinham de 20 a 24 anos e as mulheres de 15 a 19), com maior proporção de moças.

No Rio Grande do Sul, no período de 1991-2010, presenciou-se um decréscimo de 548.490 habitantes no meio rural, expresso na taxa de -1,35% ao ano (IBGE, 2010). Em 2000, apenas 16% da população rural residente no estado

A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar

R.M. Spanevello, L.F. de Azevedo, L.P. Vargas & A. Matte

gaúcho era considerada jovem. Isto significa que no Rio Grande do Sul encontram-se menos jovens residindo no campo em relação à média geral do Brasil (percentual que é aproximadamente 20%). No entanto, a proporção de rapazes (53,4%) e moças (46,6%) que vivem no campo no Rio Grande do Sul e no Brasil (53,6% de rapazes e 46,4% de moças) é semelhante (IBGE, 2000).

Este fluxo migratório juvenil reforça a idéia que os filhos não desejam permanecer no lugar dos pais na condição de sucessores ou gestores das propriedades. Os dados da pesquisa de Brumer e Spanevello (2008), realizada nos três estados da região sul do Brasil, apontam que 27% das moças e 19% dos rapazes acreditam que ninguém da sua família vai permanecer como sucessor dos pais. Estes dados reforçam a lógica que nem todo filho de agricultor pretende continuar nesta ocupação e fazer dela a sua atividade de sustento. Conforme argumentam Silvestro e Cortina (1998), é crescente o desejo dos filhos e filhas em não reproduzir a ocupação dos pais. As implicações da saída dos filhos, segundo Silvestro e colaboradores (2001) são: a não continuidade das propriedades e o crescente esvaziamento demográfico, econômico, cultural de regiões de predominância da agricultura familiar.

A questão central a ser discutida neste artigo é as motivações que fazem os filhos de agricultores deixarem as propriedades paternas e o meio rural. O objetivo é analisar os principais aspectos motivadores que levam os jovens a ficar ou a deixar o meio rural, sob os argumentos dos próprios agricultores familiares.

Percurso metodológico

A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, localizados na região central do estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Foram selecionados 43 agricultores familiares: 17 sem sucessão (agricultores sem perspectivas que um dos filhos vá assumir a propriedade) e 26 com sucessão (com, pelo menos, um filho residindo na propriedade ou em outra propriedade próxima, tendo já sido definido ou encaminhado como sucessor).

A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semi-estruturadas realizadas em 41 propriedades rurais dos dois municípios. As entrevistas focaram o processo de saída dos filhos, as motivações que levaram os jovens a sair e as implicações desta desistência. Na quase totalidade, as questões foram respondidas pelo casal (agricultor e sua esposa). De forma complementar, foram entrevistados os filhos e filhas que se encontravam nas propriedades no momento da coleta de dados.

A reprodução social da agricultura familiar e sucessão geracional

A reprodução social da agricultura familiar é dada pela continuidade das propriedades ao longo das gerações através de um processo intra-familiar. A reprodução é um processo composto por diferentes fases, sendo a sucessão geracional uma delas. A sucessão é a transferência do controle dos negócios das propriedades aos filhos sucessores ou à próxima geração (GASSON & ERRINGTON, 1993).

Para Wanderley (2001), a reprodução social da agricultura familiar tem como foco garantir sucessão dos (as) filhos (as). Conforme assinala Champagne (1986a) embora a atividade agrícola seja uma opção aberta para indivíduos de origens sociais diversas (rural ou urbana), o ingresso na ocupação agrícola continua a ser, em grande parte, de indivíduos do próprio meio rural através do processo conhecido como endoreprodução, ou seja, as novas gerações de agricultores são, principalmente, fruto de famílias rurais.

A permanência dos filhos na condição de sucessores familiares pode ser compreendida através de dois momentos distintos no tempo. No primeiro (anterior à década de 1970) as possibilidades sucessórias eram maiores e mais fortemente. No segundo (período atual) a continuidade das propriedades passa por mudanças (especialmente pelo maior fluxo migratório juvenil), podendo não haver a sucessão.

Na região sul do Brasil, até o final da década de 1960, a sucessão acontecia como um “processo natural”. Conforme Abramovay e colaboradores (1998), além de alimentos e matérias-primas, os agricultores produziam novos estabelecimentos no mesmo local onde viviam (através da repartição da área) ou através de compras de outras áreas de terra para instalar os filhos de forma independente. Este padrão que garantia a permanência dos filhos, conforme Abramovay e colaboradores (1998), Silvestro e Cortina (1998), era baseado em dois objetivos: assegurar a integridade do estabelecimento paterno e garantir a instalação dos demais filhos na agricultura.

Se, até o final dos anos 60, a continuidade da ocupação agrícola e a pressão moral prevaleciam, seria um exagero dizer que esse processo faz parte do passado e hoje a escolha da profissão é livre e soberana ou que o fato de os filhos serem descendentes de agricultores e participarem do processo de socialização e trabalho familiar garantem a sua permanência nas propriedades (SILVESTRO et al., 2001). Da mesma forma, não se pode afirmar que os filhos – ou todos os filhos –, não desejam seguir a atividade paterna ou que as relações familiares e a família, enquanto instituição formadora tenha perdido a validade (TEDESCO, 1999; WANDERLEY, 2001).

Mas o fato é que hoje os filhos não almejam unicamente a mesma ocupação dos pais. Fatores estruturais, tais como a difusão do automóvel, dos meios de comunicação e da política de escolarização, como processos que provocaram

A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar

R.M. Spanevello, L.F. de Azevedo, L.P. Vargas & A. Matte

a abertura social, econômica e cultural do meio rural, ocasionando o estreitamento das relações com urbano e a construção de uma visão negativa sobre o rural (BOURDIEU, 2000; CHAMPAGNE, 1986a,b; WOORTMANN, 1995).

Surgem as incertezas quanto à sucessão, passando a depender cada vez mais de condições objetivas e subjetivas para se concretizar. A questão central, como assinala Silvestro e Cortina (1998), é a ruptura com as possibilidades objetivas de formação de novas propriedades em razão da impossibilidade da repartição das áreas paternas (para evitar a perda da viabilidade econômica) e pela vontade dos filhos em sair do meio rural devido à desvalorização da agricultura.

Esse processo de transformação tecnológica, acompanhada mais recentemente pela globalização ocasionou a inserção dos agricultores na lógica capitalista de produção. Novos processos produtivos são gestados com enfoque principal centrado nos mercados globais, impondo aos agricultores a necessidade de gestão do estabelecimento, qualificação da produção, comercialização da produção com base em bolsas de valores e mercados futuros, políticas de preços agrícolas internacionais, aquisição de bens e insumos industriais, entre outros.

Associada à abertura do espaço rural e à introdução da modernização da agricultura, tanto as famílias como os filhos tomam contato com a sociedade industrial, capaz de introduzir novas referências em relação ao trabalho, consumo e modo de vida. Ademais, diversificaram-se os agentes socializadores e a família passa a dividir espaço juntamente com a escola, a qual pode representar para muitos pais um espaço de conflito, pois acreditam que a educação formal transmite aos seus filhos conhecimentos diferentes dos tradicionais. Na visão de Champagne (1986b), o acesso ao nível secundário transformou as relações de poder no interior da família. A escola acaba por desvalorizar os saberes antigos e os modos de transmissão, modificando a relação dos filhos com o trabalho manual.

O efeito desse conjunto de fatores repercute nas representações dos jovens sobre o modo de vida rural e agrícola. Os filhos vão percebendo e internalizando as comparações entre os modos de vida rural e urbana, podendo ocasionar uma visão majoritariamente negativa da condição agrícola. Nesse caso, os filhos podem querer ou não reproduzir a ocupação dos pais, podendo optar pela saída do meio rural ao perceberem as ocupações urbanas como melhores e mais bem remuneradas (BOURDIEU, 2000).

Assim, diferentemente das gerações passadas, que construíram suas experiências num espaço social mais restrito, as novas gerações estão cada vez mais inseridas num campo mais amplo de relações sociais e culturais que possibilitam o repensar acerca de suas identidades e realizações pessoais. Nesse sentido, emerge a individualização da perspectiva sucessória no interior das propriedades. Nesse caso, os interesses dos filhos podem não ir ao encontro dos interesses do restante do grupo familiar.

Para Champagne (1986a), há uma situação de “crise” na reprodução social da agricultura pelo crescente desinteresse dos filhos em seguir nas ocupações paternas. Segundo Woortmann (1990), a crise tem origem no momento em que os filhos se recusam a continuar herdando a terra, isto é, quando começam a se perceber como indivíduos. No fundo, a recusa reflete o que Woortmann (1990) denomina como sendo “rachaduras do coletivismo interno familiar”, ou seja, falta de vontade dos filhos em aceitar o destino ocupacional dos pais.

Dentro dessa perspectiva, modificam-se as demais estruturas sociais, entre elas, os casamentos no meio rural, cujo “mercado matrimonial” vem sendo alterado em razão da maior taxa de migração feminina, em relação à masculina. A disposição das mulheres em adotar modelos profissionais urbanos gera a recusa em casar-se com um agricultor. Para Bourdieu (2000), as mulheres não desejam casar-se com um agricultor que lhes prometa uma vida baseada no trabalho rural e doméstico.

Carneiro (2001) afirma que apesar da individualização no processo da sucessão, há, ainda, filhos que gostariam de residir no meio rural, embora rejeitem a possibilidade de exercer a ocupação agrícola. As razões para residir no meio rural estão atreladas a tranqüilidade, segurança e contato com a natureza (BRUMER & SPANEVELLO, 2008).

No entanto, as perspectivas de estabelecimento profissional, especialmente das moças, estão voltadas para estudos e trabalho urbano. Os motivos para a maior emigração das mulheres, segundo de Brumer e Spanevello (2008) é o esforço físico necessário para o desenvolvimento da atividade agrícola, a possibilidade de continuar os estudos, não gostar da agricultura, buscar independência financeira, pouco reconhecimento do seu trabalho e não ter direito a herança.

Para Brumer e colaboradores (2000), as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes da viabilidade econômica da propriedade, da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas não agrícolas; das relações que se estabelecem entre pais e filhos no interior das famílias; das relações de gênero; da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões e da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade.

A saída dos filhos e sucessão das propriedades

A saída dos jovens é motivada, de acordo com a maioria dos agricultores entrevistados, como sendo um processo gradual de retirada das pessoas do meio rural. No passado, os filhos deixavam a casa paterna para instalar-se no meio rural,

A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar

R.M. Spanevello, L.F. de Azevedo, L.P. Vargas & A. Matte

seja na própria comunidade (embora em outra propriedade), em outro município, região ou até mesmo estado. Na atualidade, o deslocamento dos filhos dos agricultores têm sido em direção as cidades: “Uma vez, há uns 10 a 15 anos atrás, se saía da roça para ser agricultor em outro lugar. Agora é para ir para a cidade, hoje é lá que estão os jovens da colônia” (Agricultor 105).

Sobre este aspecto, é importante fazer a seguinte ressalva: a possibilidade dos filhos saírem da casa paterna para se instalar em outra área de terra está estreitamente atrelada à falta de um mercado de terras local disponível, diferentemente do que se tinha nas gerações passadas (SILVESTRO et al., 2001); ou a possibilidade de repartição da área paterna para a colocação de um ou mais filhos, sendo que hoje esta situação não é mais possível, pois o tamanho da área ficaria muito reduzido o que inviabilizaria a manutenção econômica do grupo familiar. As possibilidades de conquista de terra hoje para os jovens estão concentradas nos assentamentos de Reforma Agrária, Política de Crédito Fundiário ou na possibilidade econômica dos pais em adquirir uma área de terra e colocá-la no nome do filho.

As motivações e razões que levam os jovens a sair são variadas, segundo os entrevistados: “Não querer trabalhar na agricultura”, “Querem vida mansa” ou “Sofrer menos”, “A juventude não quer nada”, “Buscam uma vida melhor”. Neste caso, a vida melhor se resume ao estilo de vida das cidades, do trabalho com menor esforço físico, com remuneração fixa e mensal. Para os demais agricultores, os jovens migram para “Buscar mais divertimento, estar no movimento, na cidade”, reforçando a idéia que o meio rural não oferece lazer atrativo para os filhos.

A construção da perspectiva de sair do meio rural é um processo que acontece antes mesmo da fase da juventude ou da chegada à idade adulta: “Desde criança já pensam na cidade”. No depoimento de uma agricultora essa condição fica mais clara: “Aqui, as duas filhas do vizinho, uma com oito e outra dez anos, já pensam em morar na cidade, querem ser artistas de novela” (Esposa – Agricultor 218).

As dimensões que favorecem a saída dos filhos são variadas, podendo ir desde a forma de educar os filhos (cobrando maior ajuda na realização do trabalho no estabelecimento) ou impondo maior rigidez no “controle” da circulação dos filhos nos espaços externos ao meio rural. O controle pelos pais, a cobrança pela ajuda nas atividades da propriedade é visto como uma forma de atenuar o processo de saída, conforme registra um dos entrevistados ao afirmar que hoje os filhos têm muita liberdade, estudam e trabalham pouco. Por isso, tentou educar seus filhos como os seus pais ensinaram (tendo hora para sair, passear, rezar e trabalhar). Na sua avaliação, esta foi a melhor forma de mantê-los na agricultura, pois se tivesse dado mais liberdade, seus filhos “Teriam pagado à estrada e ido embora” (Agricultor 207).

A maior circulação em espaços urbanos, a possibilidade do contato com outra realidade aumenta as perspectivas de saída. Segundo uma agricultora, o fato das filhas estudarem na cidade acabou gerando um forte elo de atração ao modo de vida urbano, acentuando a vontade de não querer mais ficar na “roça”. Na sua opinião, quanto menos “as moças saem para a cidade, menos elas conhecem e mais elas ficam no meio rural” (Esposa – Agricultor 116).

Há também a dimensão do trabalho, que está diretamente relacionado à socialização nas atividades agropecuárias. Nesse caso, os pais ensinam aos filhos o ofício desde crianças, buscando torná-los agricultores. No entanto, reconhecem que é difícil convencer um jovem a permanecer quando as condições da terra ou propriedade e a capitalização da família são desfavorecidas.

Além disso, o prolongamento dos estudos é visto como a primeira porta de saída dos filhos do meio rural e provocador dos processos de individualização. A pesquisa realizada por Champagne (1986a,b) com os agricultores franceses mostra que os próprios pais afirmam que para o filho tornar-se agricultor é preciso que ele não tenha ido a escola. Entre os agricultores entrevistados encontramos respostas que associam o estudo com a desistência da agricultura. O estudo acaba levando os jovens à outra ocupação visando, especialmente, a busca de uma renda mensal, realidade distinta de quem fica no meio rural como agricultor.

A permanência também está associada à autonomia dos filhos, principalmente financeira, o que os torna independente de ter que pedir dinheiro aos pais. A possibilidade de ter um recurso próprio, para seus gastos pessoais é fundamental, especialmente para as moças: “As mulheres vão trabalhar na cidade para ter seu próprio dinheiro para comprar suas roupas, acessórios, sapatos... coisas da moda”. (Esposa-Agricultor 116).

As perspectivas de saída também são reforçadas pelas oportunidades de lazer atrativo aos jovens no meio rural. Os jovens preferem o lazer urbano. A forma como isso é percebido na comunidade é exemplificado por uma agricultora, ao citar os bailes realizados na comunidade em que reside.

Antigamente ia toda a família nos bailes, começava no entardecer e terminava lá por uma ou duas horas da manhã... Hoje os bailes começam à uma hora da manhã e as músicas são de “discotecas”, só os jovens dançam e os casais mais velhos só olham, os gostos são diferentes, parece que jovens e velhos não conseguem mais... se divertir juntos como era uma vez. Aqui, agora é assim, se a música ou o conjunto musical não está de acordo com o que os jovens gostam, eles nem ficam, saem para outros lugares, mesmo que seja aqui na comunidade (Esposa – Agricultor 214).

A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar

R.M. Spanevello, L.F. de Azevedo, L.P. Vargas & A. Matte

No entanto, a saída dos jovens é sentida ou avaliada de maneira diferenciada entre os agricultores. Observam-se nitidamente distintas opiniões sobre a saída dos jovens das comunidades locais ou sobre a intensidade do êxodo. Para alguns agricultores, a saída dos filhos é considerada natural, tendo em vista o menor número de filhos das famílias. Há, ainda, a questão da necessidade da saída pela falta de terras na propriedade, o que inviabiliza a alocação de todos os filhos, havendo a necessidade de um ou mais sair para o outro poder ficar.

Eu tenho dois filhos, se os dois tivessem ficado, ia ser uma dificuldade para repartir com três famílias. Então, foi ótimo um continuar o estudo e o outro permanecer (voltou após ter terminado a faculdade). Na maior parte das famílias, alguém tem que sair. Eu acho que a maioria sai exatamente porque as áreas são pequenas e não comporta todo mundo ali e, depois, com as máquinas que existem hoje, uma pessoa ou duas tocam uma propriedade (Agricultor 206).

Para outros agricultores, a saída dos jovens e seus efeitos não passam despercebidos, seja na ausência de braços para o trabalho familiar, seja para permanecer no lugar do pai como sucessor. A referência à ausência dos jovens surge nas falas dos agricultores “Tem pouca gente nova aqui”, “Poucos filhos”, “Uma vez na igreja os primeiros bancos eram cheios de gurizada, agora são poucos”, “Só tem os velhos na colônia”, “Tá ficando um lugar de aposentado”, “Só tem gente de idade”.

Por outro lado, os entrevistados reforçam a redução da força do trabalho: “Como vão se virar quando ficarem mais velhos e sozinhos?”, “Ficam só os velhos e amanhã ou depois os velhos não podem trabalhar”, seja pela falta da companhia dos filhos em casa: “A gente se sente sozinho sem os filhos, às vezes não tem nem para quem dar bom dia”. Essa falta não é sentida apenas no interior das famílias, mas também na comunidade: “Se juntar todos os jovens da nossa comunidade, não dá para fazer um time de futebol, a juventude daqui se foi” Ressaltando o que representa a falta de jovens no meio rural para o desenvolvimento da agricultura ou quais as perspectivas da agricultura do município a partir do êxodo da juventude, os agricultores destacam duas situações: na primeira, um agricultor afirma que, apesar da saída dos jovens, a agricultura se desenvolverá igual, porém, de uma maneira especializada, com tecnologias mais modernas capazes de substituir a mão-de-obra. Desse modo, a saída dos jovens não prejudica o desenvolvimento da agricultura.

No entanto, na segunda situação, a maioria dos agricultores associa a saída dos jovens com a possibilidade da produção agrícola ser reduzida e a produção de alimentos prejudicada. A preocupação vai além da falta de alimentos, mas na manutenção de uma das características centrais da agricultura familiar brasileira: a produção diversificada.

Os agricultores apresentam preocupações com a geração de novas famílias no meio rural, em razão do êxodo dos próprios filhos e dos demais jovens da comunidade ou município e da diminuição da população rural. O agricultor 223 ressalta que estão ficando no meio rural somente os produtores com maior poder aquisitivo, e os pequenos agricultores acabam vendendo a propriedade para estes.

Ademais, é salientado o caráter seletivo do êxodo, levando cada vez mais moças a deixarem o campo, com escassas possibilidades de retorno das mesmas ou da vinda de moças do meio urbano para residir no meio rural. Para o agricultor 225, “As moças do interior não querem saber de ficar, estão indo embora”, e ainda ressalta o exemplo de um rapaz que se casou com uma moça da cidade, “Mas ela veio pra cá porque ela era pobre e ele tinha renda, porque senão eu acho que ela não tinha casado com ele”.

As dificuldades do trabalho agrícola e doméstico dificultam a constituição de matrimônio ou união estável no meio rural, tendo em vista a falta de atração das moças por essas atividades. Em nome dessas dificuldades, há uma tendência das moças rejeitarem os casamentos com os filhos de agricultores.

Duvido que essas moças da cidade vão querer namorar um agricultor... meus dois filhos iam nos bai-
les e as gurias perguntavam se eles eram agricultores, se diziam que sim, elas não queriam mais nem dançar com eles... Então, é essa a situação. Hoje eles casaram, mas deu certo porque um se casou com uma agricultora (Agricultor 213).

Ainda, os entrevistados consideram que os filhos e os jovens rurais em geral, devem estabelecer relacionamentos e casamentos com moças do “interior” para garantir a ajuda no trabalho agrícola. O sucessor do agricultor 208 ressalta algumas dificuldades no estabelecimento de uma relação com uma moça que não tem os mesmos costumes: “Eu acho que quem está na profissão de lavoura tinha que achar uma mulher da mesma classe, porque se tu não pegares uma moça que combina no serviço, vai ser complicado”. O entrevistado ainda ressalta que “Até dá para casar com as moças da cidade, mas para trabalhar na lavoura acredito que não”.

Com a saída dos mais jovens, os agricultores ressaltam, sobretudo, as dificuldades em manter as redes sociais locais, sejam familiares ou comunitárias,

A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar

R.M. Spanevello, L.F. de Azevedo, L.P. Vargas & A. Matte

bem como a continuidade das propriedades. O agricultor 219 relata que “Tem poucos jovens e a maioria é guri, não sei o que vai ser deles, porque se pensar no futuro, eles tão ficando no lugar dos pais hoje, mas e eles vão deixar para quem?”

Já nem tem mais escola por aqui, porque não tem criança. Na igreja tem meia dúzia de pessoas, tem pouca gente nova na comunidade, tem casal novo com um ou dois filhos, no tempo do meu pai nós éramos em 12 irmãos (Agricultor 211).

Uma das principais dificuldades encontradas no meio rural é a falta de sucessores, pois atualmente há muitos produtores que não tem para quem deixar a propriedade. O agricultor 224 ressalta que “Alguns ainda têm, mas daí os guris que ficam são solteirões, tem quase 40 anos, esses não casam mais, daí para frente é que eu quero ver, sem filhos. Hoje ainda tem solução, mas no futuro vai ser complicado”. Lopes (2006) em seu estudo com rapazes solteiros afirma que a preocupação com os celibatários do meio rural reflete um dilema bastante próximo ao dos agricultores sem filhos sucessores: para quem deixar a propriedade. As alternativas de prováveis sucessores apontados pelos celibatários estudados são os irmãos, os sobrinhos (embora saibam que estes não desejam assumir), ou não sabem para quem deixar.

Quando questionados sobre o que poderia atrair os filhos e os jovens em geral para permanecer no meio rural, as principais respostas apontam para duas direções: a primeira trata das dificuldades da atividade agrícola, em termos da fadiga do trabalho, da falta de melhores preços para os produtos agrícolas e da descapitalização dos agricultores; a segunda trata da falta de oportunidades de estudo (ausência de universidade próxima), ou mesmo de cursos para gerar fontes alternativas de rendas, principalmente para as moças.

É interessante observar que os agricultores não mencionam a falta de lazer para os jovens. Pelo contrário, os agricultores acreditam que lazer suficiente no meio rural, o que falta é interesse dos jovens, motivação para os jovens se reunirem para o lazer. Uma filha afirma que jovens criam uma ilusão em torno do modo de vida da cidade “Acham que vai ser tudo fácil, mas não é. Por isso, eu resolvi ficar morando no interior” (Filha-Agricultor 214).

Hoje, a cidade hoje oferece mais facilidades, principalmente para a juventude que gosta de sair, passear. Na cidade eles podem fazer isso todos os dias, mas aqui no interior não tem disso... a visão que se tem do interior é diferente da visão que se tem na cidade, há muita distância... ainda mais quando os alunos saem pra estudar e se acostumam com a cidade... eu vejo que há uma dificuldade para voltar.

Os filhos formados que não conseguem arrumar emprego... o que eles fazem? Fazem vestibular de novo para outro curso ou vão procurar uma especialização e vão seguindo. Eles não voltam para o interior (Agricultor 223).

Considerando os argumentos dos entrevistados sobre o êxodo da juventude, fundados sobre a realidade local, é possível demarcar a preocupação dos agricultores em torno dessa questão.

Considerações finais

A recente e crescente saída dos jovens do meio rural é cada vez mais evidente, podendo implicar na ausência de sucessores nas propriedades rurais, especialmente nas regiões de agricultura familiar.

A partir da análise das falas dos pais, conclui-se que a recusa dos filhos em assumir o papel de sucessores passa por diferentes fatores: dificuldades do trabalho no rural, busca de lazer, contato com o urbano, redução do número de filhos por família, falta de abertura dos pais dentro da propriedade para o filho exercer uma atividade autônoma ou independente, busca da autonomia financeira, entre outros. Trata-se de fatores internos e externos às propriedades. Estes fatores são um reflexo da proximidade rural-urbano, da presença dos filhos de agricultores familiares nas escolas urbanas e circulação nos espaços de lazer. O resultado, segundo as entrevistas realizadas, é jovens dispostos a não seguir as ocupações paternas. Esta constatação indica um processo de individualização, em que as aspirações pessoais dos jovens parecem se sobressair à coletividade familiar.

As consequências no longo prazo estão atreladas à perspectiva encaminhamento das propriedades para membros externos à família (no caso de recusa dos filhos em assumir a gestão da propriedade), a própria diminuição da população rural, devido à impossibilidade de constituição de novas famílias em razão do êxodo juvenil feminino, tendo em vista que dificilmente os rapazes se casam com moças da cidade que aceitam viver no meio rural. Outro aspecto é a fragilização das estruturas comunitárias (tais como escolas, igrejas, ginásios de esporte, entre outros) devido à diminuição da população local.

No entanto, as conclusões deste artigo não podem ser generalizadas a todas as regiões de agricultura familiar. As conclusões se referem ao universo dos agricultores entrevistados e, como visto na discussão dos resultados, parece haver entre os entrevistados os que aceitam como “natural” a ausência de sucessores. Para analisar de forma mais completa esta questão, há a necessidade de buscar compreender ou analisar como os filhos pensam esta questão,

A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar

R.M. Spanevello, L.F. de Azevedo, L.P. Vargas & A. Matte

pois a negação da ocupação agrícola como sugerem os pais, pode não significar a negação ao modo de vida no campo. A compreensão destas questões é particularmente importante para definir ações fomentadoras a sucessão e a continuidade da agricultura familiar.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 15(1): 132-52, 1998.

ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

BOURDIEU, P. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papyrus, 2000.

BRUMER, A. & SPANEVELLO, R.M. *Jovens agricultores da Região Sul do Brasil*. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre e Chapecó: UFRGS e Fetrasul/CUT, 2008.

BRUMER, A.; ROSAS, E.N.L. & WEISHEIMER, N. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. *Anais do Congresso Internacional da Rural Sociology Association*. Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

CAMARANO, A.A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 15(2): 45-66, 1998.

CARNEIRO, M.J. Herança e gênero entre agricultores rurais. *Revista Estudos Feministas*, 9(2): 22-55, 2001.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 65: 41-64, 1986a.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, 3: 73-89, 1986b.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Índice de desenvolvimento socioeconômico do RS – 1991-2000. Documento em PDF: <http://www.fee.tche.br> (acesso: 3 de Outubro de 2010).

GASSON, R. & ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: Cab International, 1993.

IBGE – Censo da População, 2000. Documento em PDF: <http://www.sidra.ibge.gov.br> (acesso: 10 de Janeiro de 2011).

IBGE – Censo Agropecuário, 2006. Documento em PDF: <http://www.ibge.gov.br> (acesso: 10 de Março de 2011).

IBGE – Censo Demográfico, 2010. Documento em PDF: <http://www.sidra.ibge.gov.br> (acesso: 5 de Maio de 2011).

LOPES, M.N. *O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar*. Monografia – Curso de Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SILVESTRO, M.L. et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis e Brasília: EPAGRI e NEAD, 2001.

SILVESTRO, M.L. & CORTINA, N. Desenvolvimento rural sem jovens? *Agropecuária Catarinense*, 11(4): 5-8, 1998.

TEDESCO, J.C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

WANDERLEY, M.N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: J.C. TEDESCO (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Pp. 21-55. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, 87: 11-73, 1990.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste*. São Paulo e Brasília: Hucitec e Editora da UnB, 1995.